

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2014.
(Do Sr. Nelson Marchezan Júnior)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Saúde, informações sobre a fiscalização da fabricação e importação, no Brasil, de utensílios plásticos contendo Bisfenol-A e Dioxina.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, as informações a seguir elencadas:

- 1 – Há, no Brasil, algum procedimento de fiscalização da fabricação e da importação de utensílios plásticos, inclusive daqueles contendo as substâncias Bisfenol-A e Dioxina? Qual(is) são esses procedimentos? Qual(is) o(s) órgão(s) realiza(m) essa fiscalização?
- 2 – Há previsão de penalidades para fabricantes e/ou importadores de utensílios plásticos que tragam em sua composição o Bisfenol-A e/ou a Dioxina? Qual(is)? Algum fabricante e/ou importador de utensílios plásticos que tragam em sua composição o Bisfenol-A e/ou a Dioxina já foi penalizado?
- 3 - Quais os produtos importados e/ou produzidos no Brasil que possuem esses elementos? Quais são as empresas importadoras e/ou fabricantes desses produtos?
- 4 – Como é realizada a aferição de contaminação por Bisfenol-A e Dioxina no processo de fabricação de plásticos pela indústria?
- 6 – Quantos e quais são os laboratórios brasileiros detentores de aparato técnico apto a aferir a quantidade das substâncias Bisfenol-A e Dioxina nos materiais plásticos industrializados?

7 – No Brasil, a Anvisa, por meio da RDC nº 41/2011, proibiu a importação e a fabricação de mamadeiras que apresentem Bisfenol-A em sua composição. Em que estudo a Agência Reguladora se baseou para formar a referida Resolução?

8 – Qual a razão para a vedação constante da RDC nº 41/2011 não se estender aos demais artigos plásticos? Há algum estudo que comprove não ser o Bisfenol-A um composto nocivo também à saúde dos adultos? Qual?

9 – O Ministério Público de São Paulo ajuizou, no início de 2011, Ação Civil Pública para que a Anvisa regulamentasse, em todo o território nacional, a obrigatoriedade de que as embalagens e rótulos tragam a informação da presença de Bisfenol-A em sua composição. Apesar de deferida a liminar, esta não foi mantida em razão do deferimento de recurso interposto pela Anvisa. Devido à considerável incerteza relacionada ao potencial ofensivo à saúde humana do BPA, não seria razoável que, por precaução, a fabricação e/ou importação de todas as demais aplicações do composto BPA também sejam vedadas pela legislação? Qual a razão para o silêncio da Anvisa com relação a essas aplicações?

JUSTIFICATIVA

Na última década, diversos estudos realizados no Brasil e no mundo foram dedicados a um grupo de compostos químicos caracterizados pela capacidade de simular ou alterar a atividade hormonal do organismo humano e de animais. Tais compostos são categorizados como perturbadores endócrinos ou agentes hormonalmente ativos (HAAs), que agem por meio da simulação da ação de hormônios naturais, inibindo-os ou alterando as funções regulares dos sistemas endócrino, imunológico e nervoso.

Dois dos principais compostos acima descritos são o Bisfenol-A e as Dioxinas.

O Bisfenol-A (BPA) é um composto utilizado na fabricação do policarbonato, tipo de resina empregada na produção da maioria dos plásticos, como, por exemplo, embalagens de alimentos e bebidas. Também está presente na resina epóxi, utilizada na fabricação de revestimento interno de latas que acondicionam alimentos para evitar a ferrugem e prevenir a contaminação externa.

De acordo com estudos, ao entrar em contato com o organismo humano, principalmente durante a vida intrauterina, conforme asseverado anteriormente, o composto pode afetar o sistema endócrino, aumentando ou diminuindo a ação de hormônios naturalmente produzidos pelo corpo humano, trazendo danos à saúde, como infertilidade, modificações do desenvolvimento de órgãos sexuais internos, endometriose e câncer.

A venda de mamadeiras ou outros utensílios para lactentes que trazem a substância em sua composição está proibida desde 1º de janeiro de 2012. Trata-se de determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), baseada em estudos que apontam possíveis riscos decorrentes da exposição ao BPA.

De acordo com aquela agência reguladora, apesar de não comprovados, a decisão se fundamenta em estudos que indicam que a substância pode ser cancerígena, causar problemas hormonais e cardíacos, além do fato de o sistema de eliminação da substância pelo corpo humano não ser muito desenvolvido em crianças de zero a doze meses.

Em 2010, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia do Estado de São Paulo lançou a campanha “Diga não ao Bisfenol-A, a vida não tem plano B”, com o objetivo de que a substância fosse banida de produtos infantis e de embalagens de alimentos até que se confirme o prejuízo do composto à saúde humana.

A Dioxina, composto orgânico, incolor e inodoro, por sua vez, consiste em um subproduto espontâneo resultante tanto de fenômenos e desastres naturais como incêndios florestais, quanto da atividade do homem, por exemplo, na fabricação de plásticos, incineração, branqueamento de papéis, etc.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a substância é prejudicial ao organismo humano no que se refere ao aspecto alimentar, uma vez que pode ser ingerida por meio do aquecimento de recipientes plásticos

usados para o acondicionamento de alimentos, com o uso do microondas ou mesmo com o congelamento de embalagens plásticas, fatos que ocorrem rotineiramente.

O composto possui efeito cumulativo e residual a longo prazo, se acumula no tecido gorduroso e, em todos os estudos realizados, há a constatação de que possui potencial cancerígeno mesmo em baixas doses. Além disso, tem tempo de meia vida razoavelmente longo, qual seja o de sete anos, podendo, nesse período, causar danos nos sistemas reprodutivo e imunológico.

Assim, a existência de uma política pública de fiscalização eficaz é essencial a fim de que não sejam causados danos irreversíveis à saúde da população, que não tem conhecimento das informações nem dos dados científicos apontados.

Ante o exposto, solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde esclarecimentos acerca da fiscalização da fabricação e da importação de utensílios plásticos contendo Bisfenol-A e Dioxina no Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2014.

NELSON MARCHEZAN JÚNIOR
Deputado Federal
PSDB/RS